

-----**ATA N.º 12/2012**-----

-----Aos 19 dias do mês de junho de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com 2 abstenções e 3 votos a favor, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA;**-----

-----**BALNEÁRIOS DA LAGEOSA DO MONDEGO – PROJETO DE EXECUÇÃO;**-----

-----ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL –
PROCEDIMENTO CONCURSAL – NÃO ADJUDICAÇÃO E
REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR;-----

-----ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL –
PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1. DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA-----

-----ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DE 2011-

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento
referenciado em epígrafe que se anexa a esta ata (**anexo I**), para análise e
apreciação do Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Técnico Superior
José Tavares que começou por fazer um resumo do que são as contas
consolidadas. De seguida, fez um breve relato dos aspetos mais
importantes das instruções do SATAPOCAL e procedeu à leitura da
explicação dos elementos incluídos no anexo às demonstrações
consolidadas e no relatório de gestão, que sofreram pequenas alterações,
relativamente às enviadas inicialmente. -----

-----Sobre o Balanço, na conta 59, disse que foram incluídos os valores
relativos à homogeneização dos critérios das amortizações dos bens do
património da EMCEL no valor de 67.470,14€, bem como, se procedeu à
eliminação de 44.754€ relativos ao subsídio à exploração que a EMCEL
contabilizou nesta conta, o que perfaz um aumento global de 22.716,14€.
Relativamente ao Imobilizado disse que foram ajustados os valores à
homogeneização dos critérios das amortizações dos bens do património da
EMCEL no valor global de 137.256,20€. -----

-----No que diz respeito à contabilização da participação na EMCEL,
referiu que utilizou-se o método da consolidação integral, conforme a

alínea b), do ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL. Foi também elaborado um quadro com o montante total das dívidas a terceiros, de médio e longo prazo, apresentadas no balanço consolidado e que se vencem nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber qual o tratamento dado à dívida a fornecedores.-----

-----O Técnico Superior esclareceu que as dívidas a fornecedores são de curto prazo, no entanto, existe uma dívida a um fornecedor, que é de médio e longo prazo, que é ao Manuel Rodrigues Gouveia. Em termos de homogeneização da informação entre o SNC e o POCAL, é de revelar as que foram efetuadas para as amortizações dos bens imobilizado. Para o ano de 2011, esta homogeneização implicou uma redução dos custos na conta 66 da EMCEL em 69.786,06€, conforme consta na demonstração de resultados. Esta homogeneização implicou também uma correção aos valores das amortizações iniciais em 67.470,14€, que foi refletida na conta 59 do balanço da EMCEL. O valor global do acerto às amortizações implicou uma valorização de 137.256,20€ no imobilizado, cujo reflexo se pode verificar nas respetivas contas do ativo no balanço da EMCEL.-----

-----Disse que no capital próprio do balanço, o valor da conta “571 – Reservas Legais”, deveriam ser eliminadas, no entanto, segundo o ROC a mesma deve constar. No que diz respeito ao Município existem reservas relativas a bens de imobilizado em curso que já poderão estar em condições de utilização, bem como, ao não aprovisionamento dos resultados transitados negativos da EMCEL, que já constavam no relatório da prestação de contas, bem como, a dívida de 787.696,41€ à ADSE. -----

-----De seguida, fazendo referência à Certificação Legal das Contas Consolidadas, em documento “draft” que foi entregue na reunião, disse que a reserva e as ênfases já estavam evidenciadas nas contas iniciais,

realçando o ponto 8.4 que refere: “O Anexo mostra-se omissa na apresentação de informação relacionada com a repartição do volume de negócios por categorias de atividade do grupo municipal e explicitação dos critérios valorimétricos subjacentes a cada um dos componentes do Balanço e da Demonstração dos Resultados.” -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** face ao panorama financeiro atual pretendeu saber para quando está prevista a apresentação do estudo do reequilíbrio financeiro. Pretendeu também saber quais são as linhas orientadoras que o Senhor Presidente pretende diligenciar face à situação financeira do Município. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que irão reunir com o Tribunal de Contas e posteriormente será apresentado um “draft” do estudo de reequilíbrio financeiro, que será presente a uma reunião de executivo, para que os Senhores Vereadores possam apresentar contributos. No entanto, existe uma outra situação que o executivo pretende analisar, ou seja, o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que visa cumprir objetivos de equilíbrio das finanças públicas, ao nível municipal, e revitalizar as economias locais e, desse modo, lançar as bases para uma recuperação financeira sustentada. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 2 votos contra e 3 votos a favor, aprovar a prestação de contas consolidadas de 2011.**-----

-----**Mais foi deliberado remeter a prestação de contas consolidadas de 2011 para apreciação da Assembleia Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**2. GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO ENCERRAMENTO DOS SAP DE ALMEIDA, CELORICO DA BEIRA E MÊDA**-----

-----Foi presente ofício do Grupo Parlamentar do PCP, datado de 11/6/2012, com o registo de entrada n.º 5669, dando conhecimento da resposta governamental à pergunta formulada ao Governo sobre as consequências do encerramento dos SAP de Almeida, Celorico da Beira e Mêda. -----

-----Relativamente ao assunto supramencionado, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que é necessário solicitar à ULS esclarecimentos sobre esta situação, ou seja, saber se existe algum tipo de acordo com a corporação de Bombeiros Voluntários, se há intenção ou não, de encerrar o SAP no período diurno e se durante as férias dos médicos, o serviço fica assegurado. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse concordar com o Senhor Presidente da Câmara, referindo que este assunto tem de ser tratado com alguma urgência. Considera que o ponto 3 do ofício proveniente do Gabinete do Ministro da Saúde tem de ser esclarecido, uma vez que o mesmo é ambíguo. Na sua opinião, a opção de ir para o Centro de Saúde de Trancoso, que está aberto 24h/dia não tem qualquer viabilidade.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que já foram solicitados esclarecimentos ao Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários acerca deste assunto. Foi também solicitado ao Centro de Saúde de Celorico da Beira, um estudo sobre possíveis alternativas para o período noturno e diurno. Disse que pretendem agendar uma reunião com a ARS Centro para manifestar a posição do executivo relativamente a este assunto e entregarem os estudos elaborados pelos Bombeiros e pela autarquia, uma vez que o Centro de Saúde de Celorico da Beira até à data

ainda não apresentou, dando a entender que não partilha da mesma preocupação.-----

-----Disse que há um conjunto de situações que fazem com que as urgências em Celorico da Beira possam manter-se em funcionamento. Sempre defendeu que a situação geográfica deste concelho, relativamente aos outros concelhos, era uma mais-valia, podendo centralizar os serviços, independentemente de se situar mais perto da Guarda. -----

-----No que concerne ao período noturno disse que deveria ser articulado com os Bombeiros Voluntários e com um técnico de saúde, ou através de via telefónica estar alguém disponível para prestar esclarecimentos. É necessário reunir toda a documentação sobre este assunto e apresentar alguns contributos para que esta situação seja reposta. Na altura foi-lhes informado que o encerramento se devia à falta de médicos, motivo pelo qual, não permitia que as urgências continuassem a funcionar, este executivo diligenciou no sentido de contratar médicos que fariam o turno noturno, sendo que, a ULS disse que iria analisar a proposta, não tendo dado qualquer resposta até à data. Disse que se existem outros Centros de Saúde a funcionar, o porquê de Celorico da Beira também não estar.-----

-----Comparativamente com outros Centros de Saúde gostaria que fosse efetuado um estudo, para aferir qual o rácio de pessoas que os frequentam no período da noite. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que uma vez que houve diligências por parte do Grupo Parlamentar do PCP, o executivo deveria dar uma resposta ao Senhor Deputado sobre tudo o que já foi feito relativamente a este assunto. Deveriam também dar conhecimento dessa mesma resposta à ULS da Guarda. Considera uma falta de respeito a ULS não responder às solicitações do Executivo Celoricense. -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador João Duarte** disse que na sua opinião deveria ser dado conhecimento à população desta situação e

também à comunicação social local. Disse que se nada for feito e a população não for envolvida, correm o risco do Centro de Saúde de Celorico da Beira encerrar e Trancoso ficar aberto, apesar de ter menos população. Disse ter tido conhecimento de que pretendem encerrar o SAP também durante o fim-de-semana.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que é necessário saber qual a intenção da ULS da Guarda e da ARS Centro. Quanto ao Centro de Saúde de Celorico da Beira, se não obtiverem nenhuma resposta, irão avançar para medidas mais drásticas. A primeira medida será solicitar uma reunião com a Comissão Parlamentar de Saúde para expor a situação de Celorico da Beira.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** relativamente a este assunto disse que não houve respeito para com os habitantes do concelho de Celorico da Beira. Disse que aquando do encerramento do SAP, foi requisitada uma viatura aos bombeiros voluntários desta vila, porque só assim poderiam ultrapassar a situação, com uma equipa de bombeiros bem apetrechada de meios para que fossem assegurados os serviços das 20h até às 00h.-----

-----Posteriormente tiveram uma reunião com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, na qual foi entregue um relatório de todo o processo para análise. Ficou também claro nessa mesma reunião, que os Bombeiros de Celorico da Beira poderiam efetuar esse serviço, desde que o mesmo fosse pago. Disse que os Bombeiros Voluntários Celoricenses não têm estrutura financeira para efetuar esse serviço a título gratuito. Neste momento os Bombeiros Voluntários não têm qualquer tipo de acordo com a ULS, apenas o serviço de 112.-----

-----Perante o documento oficial enviado pelo Ministério da Saúde, disse que deveria ser enviada uma resposta ao Senhor Deputado do PCP dando conta de que não existe qualquer tipo de acordo com os Bombeiros

Voluntários. Relativamente à manifestação concorda que a mesma seja feita. - -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que para além da resposta ao Senhor Deputado, a mesma deveria também ser enviada para todos os deputados parlamentares. -----

-----No que concerne à manifestação, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o executivo é um órgão com outras funções, pelo que, deve abstrair-se de promover esse tipo de iniciativas. As manifestações devem ter outra origem, que não o executivo. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que é necessário mostrar a indignação da população perante tais medidas e a forma como está a ser conduzido todo o processo, por esse motivo e caso se parta para essa medida irá estar presente. Disse que deverá ser dado conhecimento desta situação junto de todos os grupos parlamentares, bem como, Deputados do Distrito. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o Senhor Presidente enquanto cidadão tem toda a legitimidade para participar na manifestação, sendo que, institucionalmente o executivo não deve organizar manifestações, porque tem outros mecanismos para manifestar a sua indignação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** face às diversas propostas apresentadas pelos Senhores Vereadores, referiu concordar com todas elas e assim sendo, relativamente a este assunto, em primeiro lugar, deveriam dar conhecimento ao Senhor Deputado do PCP de todas as medidas tomadas pelo Executivo, bem como esclarecer que não existe

qualquer acordo entre os Bombeiros Voluntários de Celorico da Beira e a ULS. - -----

-----Devem ser feitos novamente contactos com a ULS da Guarda e ARS para aferir a sensibilidade para a resolução do problema. Enviar o mesmo documento para todos os deputados parlamentares. Por último, caso não seja apresentada qualquer solução deverá ser solicitada uma audiência à comissão parlamentar da saúde e em última instância promover-se a envolvimento de toda a população e agentes políticos do concelho através de uma manifestação. -----

-----**3. NEDAL**-----

-----**ASSUNTO: LEI SOBRE A REFORMA TERRITORIAL DAS FREGUESIAS**-----

-----Foi presente ofício do Nedal, datado de 1/6/2012, com o registo de entrada n.º 5498, dando conhecimento da Lei sobre a Reforma Territorial das Freguesias. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que foi publicada a Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa autárquica, que tem como objetivo principal a redução do número de freguesias. Fez referência à alínea c), do n.º 6 e ao art.º 11.º, da citada Lei, no que se refere aos parâmetros de agregação e pronúncia da Assembleia Municipal, respetivamente. Disse que de acordo com o art.º 12.º, a pronúncia da Assembleia Municipal deve ser entregue à Assembleia da República no prazo máximo de 90 dias, caso isso não aconteça, é criada a unidade técnica para a reorganização administrativa do território, que funciona junta da Assembleia da República.-----

-----Fez referência também ao art.º 16.º, que diz respeito à fusão de municípios. Disse que é contra a agregação de freguesias, uma vez que o concelho tem um território coeso e presta excelentes serviços ao público, considerando que não existe qualquer benefício nesta Lei. Disse que é

intenção deste executivo apresentar uma proposta de uma rotunda, onde estejam representadas todas as freguesias. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** é de opinião que o executivo deveria apresentar uma proposta, sob pena de ser a Unidade Técnica a decidir. Na sua opinião em Celorico da Beira não se justificam 3 freguesias urbanas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este assunto estava agendado para conhecimento e como tal não fez uma análise exaustiva do mesmo. No entanto, considera que o mesmo deve ser analisado com cuidado. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que já foi realizada uma Assembleia extraordinária para este efeito, onde foi tomada uma decisão contra a proposta do Governo. Sugeriu que o executivo reúna para debater este e outros assuntos.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez menção ao n.º 1, do art.º 7.º, relativo à flexibilidade da pronúncia da Assembleia Municipal. Disse que já foi realizada uma Assembleia extraordinária para debater esse assunto e a posição do PSD foi clara ao abandonar a sala aquando da votação, revelando total desinteresse. É da opinião que também o governo não irá mudar nada do que está escrito na Lei.-----

-----**4. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS** -----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

-----**ASSUNTO: JUNTA DE FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO**
- **SUBSÍDIO EM GÉNEROS (MATERIAIS) PARA A RECONSTRUÇÃO**
DOS BALNEÁRIOS DA LAGEOSA DO MONDEGO-----

-----Foi presente informação técnica da secção de Obras Municipais, datada de 11/5/2012, com o registo interno n.º 1627, com o seguinte teor:---

-----“Ex.mo Senhor Presidente -----

-----Solicita a Junta de Freguesia acima referida em géneros (materiais) para a reconstrução de uns balneários.-----

-----Foi deliberado em reunião do executivo de 2012/03/07 conceder apoio técnico à referida junta de freguesia para elaboração do projeto relativo aos balneários em causa. -----

-----Acerca do assunto, sou a informar que, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às juntas de freguesia.” -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 1 abstenção e 3 votos a favor, atribuir um subsídio em géneros (materiais), à Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego, para a reconstrução dos balneários.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Não sou contra o subsídio, mas sim a forma como o mesmo foi atribuído. Estamos numa fase em que o executivo deveria exigir algum rigor e como tal, a Junta de Freguesia deveria apresentar uma lista descritiva dos materiais, para que posteriormente fosse deliberada a sua atribuição.” -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a obra é acompanhada pelos técnicos do município e a atribuição em géneros é muito mais controlada do que uma atribuição financeira. -----

-----**4. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS** -----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: JUNTA DE FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO**
- SUBSÍDIO EM GÉNEROS (MATERIAIS) PARA A RECONSTRUÇÃO
DOS BALNEÁRIOS DA LAGEOSA DO MONDEGO-----

-----Foi presente informação técnica da secção de Obras Municipais, datada de 11/5/2012, com o registo interno n.º 1627, com o seguinte teor:---

-----“Ex.mo Senhor Presidente -----

-----Solicita a Junta de Freguesia acima referida em géneros (materiais) para a reconstrução de uns balneários.-----

-----Foi deliberado em reunião do executivo de 2012/03/07 conceder apoio técnico à referida junta de freguesia para elaboração do projeto relativo aos balneários em causa. -----

-----Acerca do assunto, sou a informar que, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, é da competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às juntas de freguesia.” -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 1 voto contra, 1 abstenção e 3 votos a favor, atribuir um subsídio em géneros (materiais), à Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego, para a reconstrução dos balneários.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**: -----

-----“Voto contra, não por pôr em causa a pertinência da proposta, mas sim, por falta de tempo para a analisar, bem como as GOP’s. Penso que antes deveria haver uma listagem dos compromissos plurianuais, que irão ser delegados ao Senhor Presidente da Câmara. A forma como foi apresentado, não permite essa análise.” -----

-----BALNEÁRIOS DA LAGEOSA DO MONDEGO – PROJETO DE EXECUÇÃO-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 18/6/2012, com o registo interno n.º 2044, com o seguinte teor:---

-----“Ex.mo Sr. Presidente -----

-----Relativamente ao requerimento n.º 5900 de 18/06/2012, sou a informar: -----

-----Nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 7.º, do RJUE, encontra-se isenta de controlo prévio das operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais (Juntas de Freguesia) e suas associações em área abrangida por plano municipal de ordenamento do território. -----

-----No entanto, no n.º 2 do mesmo artigo, a execução das operações urbanísticas previstas no n.º 1, com exceção das promovidas pelos municípios, fica sujeita a parecer prévio não vinculativo da Câmara Municipal, que deve ser emitido no prazo de 20 dias a contar da data da receção do respetivo pedido. -----

-----Na sequência da isenção de controlo prévio, fica ainda o promotor “Junta de Freguesia” sujeito ao cumprimento do artigo 80-A do RJUE.”-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 3 votos a favor, emitir parecer prévio não vinculativo, positivo, previsto no artigo 7.º, do RJUE, relativo ao projeto apresentado e identificado em título.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL – NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 18/6/2012, com o registo interno n.º 2050, com o seguinte teor:---

-----“Ex.mo Senhor Presidente -----

-----Foi efetuado procedimento concursal para a empreitada relativa à Alteração do Edifício do Mercado Municipal, na sequência da deliberação do executivo de 2012/03/21.-----

-----Tratando-se de uma **Beneficiação** de edifício já existente, surgindo por tal mais imprevistos do que numa construção de raiz, verificou-se existirem questões no projeto, pouco claras, quer na sua localização quer na sua quantificação. Não constava do projeto, por exemplo, peças desenhadas relativas ao projeto elétrico, estando apenas previsto no mapa de quantidades, a reparação da rede elétrica (etc.) **nos locais necessários**, entre outras questões, que levantaram muitas dúvidas e pedidos de esclarecimentos por parte dos concorrentes, no âmbito do procedimento concursal.-----

-----Na sequência da apresentação de uma quantidade considerada significativa em relação a outros procedimentos concursais, de erros e omissões, fez-se uma reapreciação de todo o processo, em especial do projeto colocado a concurso e, **concluiu-se que havia necessidade de alterar e adicionar elementos em falta no projeto**, por forma a que a obra decorra com normalidade, dentro do prazo, sem conflitos entre empreiteiro e Câmara Municipal devidos a indefinições do projeto.-----

-----Atendendo a que:-----

-----1. O artigo 79º, n.º 1, alínea c), do Código dos Contratos Públicos determina como causa de não adjudicação circunstâncias imprevistas e que seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;-----

-----2. Nos termos do artigo 80º, a decisão de não adjudicação prevista no artigo 79º, determina a revogação da decisão de contratar; -----

-----3. Considerando que o projeto colocado a concurso sofria efetivamente de deficiências cuja necessidade de suprimir é relevante para o normal decurso da empreitada, (reitera-se que uma beneficiação cria

maior quantidade de situações imprevistas, relativamente a uma construção de raiz). -----

-----Propõe-se:-----

-----1. Deliberação de não adjudicação, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 79º, do Código dos Contratos Públicos;-----

-----2. Deliberação de revogação da decisão de contratar tomada em reunião do executivo 2012/03/21, nos termos do artigo 80º.-----

-----Informa-se ainda que, nos termos do n.º 3, do artigo 79º, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.”-----

-----**Relativamente à empreitada identificada em título, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 3 votos a favor, aprovar a não adjudicação, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 79º, do Código dos Contratos Públicos e revogar a decisão de contratar, tomada em reunião de executivo de 21/3/2012, nos termos do artigo 80º.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL –
PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 18/6/2012, com o registo interno n.º 2051, relativa ao assunto em epígrafe e que se apensa a esta ata (**anexo III**).-----

-----**Nos termos da informação técnica, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 3 votos a favor, aprovar:**-----

-----**A contratação, autorização de despesa e escolha do procedimento;**-----

-----**O Programa de Procedimento e Caderno de Encargos;**-----

-----**A constituição do júri e delegação de competências do mesmo, conforme indicado na alínea e), do ponto 10 da presente informação. --**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:00h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----
